

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48
--	----

Motivos de Reapresentação	49
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	527.266
Preferenciais	0
Total	527.266
Em Tesouraria	
Ordinárias	815
Preferenciais	0
Total	815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.191.070	4.152.837
1.01	Ativo Circulante	824.191	808.458
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.503	179.243
1.01.03	Contas a Receber	517.897	504.173
1.01.03.01	Clientes	517.897	504.173
1.01.04	Estoques	10.231	11.627
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.808	24.374
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.808	24.374
1.01.06.01.01	Importo de renda e contribuição social a compensar	9.606	9.351
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	18.202	15.023
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	210.752	89.041
1.01.08.03	Outros	210.752	89.041
1.01.08.03.01	Ativo financeiro setorial	105.081	20.668
1.01.08.03.02	Outros créditos	105.671	68.373
1.02	Ativo Não Circulante	3.366.879	3.344.379
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.852.078	1.850.236
1.02.01.03	Contas a Receber	124.883	113.340
1.02.01.03.01	Clientes	124.883	113.340
1.02.01.06	Tributos Diferidos	366.129	367.361
1.02.01.06.02	Créditos fiscais diferidos	366.129	367.361
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.361.066	1.369.535
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	70.127	65.465
1.02.01.09.04	Tributos a compensar	30.261	28.436
1.02.01.09.05	Ativo financeiro setorial	0	51.461
1.02.01.09.06	Ativo financeiro da concessão	1.257.816	1.198.822
1.02.01.09.07	Outros créditos	297	22.114
1.02.01.09.08	Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.565	3.237
1.02.03	Imobilizado	17.435	24.039
1.02.04	Intangível	1.497.366	1.470.104
1.02.04.01	Intangíveis	1.497.366	1.470.104

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.191.070	4.152.837
2.01	Passivo Circulante	641.500	784.576
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.872	24.432
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.872	24.432
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	13.872	24.432
2.01.02	Fornecedores	380.775	405.418
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	380.775	405.418
2.01.03	Obrigações Fiscais	98.323	76.443
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	52.269	38.899
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.959	2
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	4.812	5.352
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	22.275	16.479
2.01.03.01.04	PIS COFINS parcelamento	10.481	0
2.01.03.01.05	Outras obrigações	4.742	17.066
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	46.054	37.544
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	46.054	37.544
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	36.512	32.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	23.113	20.008
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	23.113	20.008
2.01.04.02	Debêntures	13.399	12.125
2.01.05	Outras Obrigações	112.018	158.585
2.01.05.02	Outros	112.018	158.585
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	19.581	77.428
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	88.459	81.123
2.01.05.02.07	Derivativos	3.947	0
2.01.05.02.08	Entidade Previdência Privada	31	34
2.01.06	Provisões	0	87.565
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	55.418
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	25.297
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	0	30.121
2.01.06.02	Outras Provisões	0	32.147
2.01.06.02.04	Provisões regulatórias	0	32.147
2.02	Passivo Não Circulante	1.897.669	1.762.779
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.369.964	1.342.197
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	30.836	31.093
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	30.836	31.093
2.02.01.02	Debêntures	1.339.128	1.311.104
2.02.02	Outras Obrigações	344.360	337.768
2.02.02.02	Outros	344.360	337.768
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	78.231	77.589
2.02.02.02.04	Passivo Financeiro Setorial	1.036	0
2.02.02.02.06	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16.459	18.839
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	118.300	112.902
2.02.02.02.08	Fornecedor	130.334	128.438
2.02.04	Provisões	183.345	82.814

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	183.345	82.814
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	21.965	21.846
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.416	38.890
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	47.489	22.078
2.02.04.01.05	Outros	47.475	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.651.901	1.605.482
2.03.01	Capital Social Realizado	1.495.084	1.495.084
2.03.02	Reservas de Capital	103.545	103.545
2.03.04	Reservas de Lucros	71.541	62.725
2.03.04.01	Reserva Legal	59.302	59.302
2.03.04.02	Reserva Estatutária	8.816	0
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	11.479	11.479
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-8.056	-8.056
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	37.596	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-55.865	-55.872

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	893.535	766.497
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-741.589	-631.571
3.02.01	Custo com energia elétrica	-567.968	-456.969
3.02.02	Custo de operação	-83.989	-89.939
3.02.03	Custo de serviço prestado a terceiros	-89.632	-84.663
3.03	Resultado Bruto	151.946	134.926
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-42.759	-59.936
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.831	-18.880
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.821	-33.949
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.107	-7.107
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	109.187	74.990
3.06	Resultado Financeiro	-22.493	-31.210
3.06.01	Receitas Financeiras	25.440	21.772
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.933	-52.982
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	86.694	43.780
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.974	-17.806
3.08.01	Corrente	-24.950	-9.740
3.08.02	Diferido	-6.024	-8.066
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	55.720	25.974
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	55.720	25.974
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	105,84000	49,26000
3.99.01.02	PN	0,00000	49,26000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	55.720	25.974
4.03	Resultado Abrangente do Período	55.720	25.974

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-63.050	146.026
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	168.029	154.572
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	86.694	43.780
6.01.01.02	Amortização	38.228	35.896
6.01.01.03	Atualização do ativo financeiro da concessão	0	-8.139
6.01.01.04	Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	15.252	8.272
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-3.252	8.027
6.01.01.06	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	27.634	51.907
6.01.01.08	Despesa/Receita com entidade de previdência privada	2.461	2.631
6.01.01.09	Perda (ganho) na baixa de não circulante	1.012	12.198
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-190.553	-2.560
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-36.114	72.873
6.01.02.02	Tributos a compensar	-4.588	-3.849
6.01.02.03	Estoque	1.396	219
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-4.167	-8.383
6.01.02.05	Ativo financeiro setorial	-24.680	0
6.01.02.06	Contas a receber - CDE	2.423	-52.540
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-36.434	-5.007
6.01.02.08	Fornecedores	-24.694	-112.838
6.01.02.09	Outras obrigações com entidades de previdência privada	-1.821	-1.552
6.01.02.10	Passivo financeiro setorial	-9.849	117.105
6.01.02.11	Outros tributos e contribuições sociais	9.541	15.642
6.01.02.12	Taxas regulamentares	-57.847	-6.329
6.01.02.13	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-5.921	-2.841
6.01.02.14	Contas a pagar - CDE	435	-4.083
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	1.767	-10.977
6.01.03	Outros	-40.526	-5.986
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-14.991	-5.480
6.01.03.02	Encargos de dívidas e debêntures pagos	-25.535	-506
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-87.664	-72.411
6.02.03	Adições de intangível	-87.664	-72.411
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	28.975	-4.577
6.03.01	Captação de empréstimos e debêntures	307.037	0
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-278.062	-4.707
6.03.03	Outros	0	130
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-121.739	69.038
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	179.243	145.925
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	57.504	214.963

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.495.084	95.489	70.781	0	-55.872	1.605.482
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.495.084	95.489	70.781	0	-55.872	1.605.482
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.412	6	46.418
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.720	0	55.726
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.308	6	-9.308
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	6	0
5.05.02.06	Efeito da aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-9.308	0	-9.308
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.816	-8.816	0	0
5.06.04	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	8.816	-8.816	0	0
5.07	Saldos Finais	1.495.084	95.489	79.597	37.596	-55.866	1.651.900

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.386.558	3.564	87.947	0	-56.439	1.421.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.386.558	3.564	87.947	0	-56.439	1.421.630
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.974	0	25.974
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.974	0	25.974
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.373	-5.373	0	0
5.06.04	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	5.373	-5.373	0	0
5.07	Saldos Finais	1.386.558	3.564	93.320	20.601	-56.439	1.447.604

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	1.469.573	1.200.520
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.376.689	1.123.884
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	89.632	84.663
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	3.252	-8.027
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-758.814	-628.726
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-624.579	-503.335
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-100.006	-101.884
7.02.04	Outros	-34.229	-23.507
7.03	Valor Adicionado Bruto	710.759	571.794
7.04	Retenções	-38.415	-35.896
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.415	-35.896
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	672.344	535.898
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.083	21.772
7.06.02	Receitas Financeiras	27.083	21.772
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	699.427	557.670
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	699.427	557.670
7.08.01	Pessoal	44.063	58.814
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.058	43.791
7.08.01.02	Benefícios	15.539	11.601
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.466	3.422
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	547.513	413.705
7.08.02.01	Federais	254.005	98.998
7.08.02.02	Estaduais	293.379	314.457
7.08.02.03	Municipais	129	250
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	52.131	59.177
7.08.03.01	Juros	48.429	52.982
7.08.03.02	Aluguéis	3.702	6.195
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	55.720	25.974
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	55.720	25.974

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – RGE Sul

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1° Trimestre		
	2018	2017	Variação
Receita operacional bruta	1.466.321	1.343.743	9,1%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.130.298	1.163.107	-2,8%
Suprimento de energia elétrica	155	17.641	-99,1%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	89.632	84.663	5,9%
Outras receitas operacionais	186.629	195.105	-4,3%
Ativo e passivo financeiro setorial	59.606	(116.773)	-151,0%
Deduções da receita operacional	(572.786)	(577.246)	-0,8%
Receita operacional líquida	893.535	766.497	16,6%
Custo com energia elétrica	(567.968)	(456.969)	24,3%
Energia comprada para revenda	(455.925)	(419.167)	8,8%
Encargo de uso do sist transm distrib	(112.043)	(37.802)	196,4%
Custos e despesas operacionais	(216.380)	(234.538)	-7,7%
Pessoal	(37.185)	(41.692)	-10,8%
Entidade de previdência privada	(2.461)	(2.631)	-6,5%
Material	(5.420)	(8.723)	-37,9%
Serviço de terceiros	(26.348)	(30.559)	-13,8%
Depreciação/amortização	(31.121)	(28.789)	8,1%
Amortização de intangível de concessão	(7.107)	(7.107)	0,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(89.632)	(84.663)	5,9%
Outros	(17.106)	(30.374)	-43,7%
Resultado do serviço	109.187	74.990	45,6%
Resultado financeiro	(22.493)	(31.210)	-27,9%
Receitas financeiras	25.440	21.772	16,8%
Despesas financeiras	(47.933)	(52.982)	-9,5%
Resultado antes dos tributos	86.694	43.779	98,0%
Contribuição social	(8.319)	(4.761)	74,7%
Imposto de renda	(22.655)	(13.045)	73,7%
Resultado Líquido do Período	55.720	25.974	114,5%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	55.720	25.974	114,5%
EBITDA	147.416	110.885	32,9%

(*) Para efeito de apresentação do comentário desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo - TUSD - (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2018 foi de R\$ 1.466.321, apresentando aumento de 9,1% (R\$ 122.578) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.376.689, apresentando aumento de 9,3% (R\$ 117.609) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 2,8% (R\$ 32.809), principalmente pelas reduções de: (i) 7,3% na tarifa média decorrente principalmente do reajuste tarifário de abril de 2017 de -6,43% (percepção do consumidor), (ii) 2,1% no preço médio em função da aplicação da bandeira tarifária verde nos meses de janeiro e fevereiro e amarela em março de 2017, e verde em 2018, (iii) movimentação de renda não faturada, compensado pelo aumento de 0,5 % no volume de energia elétrica vendida.

Comentário do Desempenho

- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 99,1% (R\$ 17.486), principalmente na redução de volume de energia elétrica comercializada no curto prazo no período de 2017, associado às recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores.
- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 4,3% (R\$ 8.476) basicamente pelas reduções em: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD livre (R\$ 4.398) em função principalmente do reajuste tarifário negativo de abril de 2017 (-8,11%), (ii) compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos (R\$ 2.951), (iii) outras receitas e rendas (R\$ 5.659), (iv) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (R\$ 686), compensados pelo aumento em: (iii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 5.218).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** receita de R\$ 59.606 neste trimestre e despesa de R\$ 116.773 no mesmo período do ano anterior, totalizando uma variação de 151,0% (R\$ 176.379), basicamente: (i) amortização dos ativos e passivos homologados e (ii) diferimento sobrecontratação, CDE, encargos de serviços do sistema e CVA de Itaipu, compensado pelo diferimento outros componentes financeiros.

Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2018, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, foi maior em 0,5% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 37,1% do total do mercado total fornecido pela distribuidora. A despeito da massa de renda favorável, que no acumulado 12 meses (até Jan/18) registra aumento de 3,3%, o consumo registrou queda de 3,5% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 15,6% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 4,5% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete em parte a movimentação de clientes para o mercado livre e o saldo negativo de 1,4% apresentado no CAGED acumulado 12 meses (até Fev/18).

A classe industrial, que representa 9,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 10,4% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 38,2% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 10,5% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o aumento de 13,1% no consumo da classe rural.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 2,0% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta crescimento na classe residencial de 3,5%, comercial 0,1% e crescimento de 5,2% na classe industrial. As demais classes de consumo apresentaram um crescimento de 6,1%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2018 foram de R\$ 572.786 apresentando redução de 0,8% (R\$ 4.460) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelas reduções: (i) ICMS (R\$ 21.188); (ii) PROINFA (R\$ 935), compensados parcialmente pelos aumentos: (iii) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (R\$ 9.043), (iv) PIS e COFINS (R\$ 6.862), (v) Programa de P&D e Eficiência Energética (R\$ 1.209) e (vi) bandeiras tarifárias (R\$ 498).

Custo com energia elétrica

No 1º trimestre de 2018 o custo com energia elétrica foi de R\$ 567.968 apresentando um aumento de 24,3% (R\$ 110.999) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

- i. **Energia comprada para revenda**

Comentário do Desempenho

O custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 455.925 apresentando aumento de 8,83% (R\$ 36.758) em função: (i) aumento de 12,3% no preço médio, justificado principalmente pela elevação do preço de liquidação de diferenças ("PLD"), (ii) aumento da energia de curto prazo (R\$ 281.420), (iii) aumento do PROINFA (R\$ 1.507), compensados parcialmente por: (iv) redução energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais de 71,8% (R\$ 247.286), (v) redução de 3,2% no volume de energia comprada.

ii. Encargos do uso do sistema de distribuição

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 112.043, apresentando um aumento de 196,4% (R\$ 74.241), impactado principalmente pelo aumento em: (i) encargos de rede básica (R\$ 43.810), (ii) encargos de serviço do sistema – ESS líquido do repasse da CONER (R\$ 20.370), (iii) encargos de transporte de Itaipu (R\$ 8.071), (iv) encargos de energia de reserva ERR (R\$ 9.901), compensados parcialmente por: (v) créditos de PIS e COFINS (R\$ 7.722).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 216.380 no 1º trimestre de 2018, apresentando uma redução de 7,7% (R\$ 18.158) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 126.748, apresentando redução de 15,4% (R\$ 23.127).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 88.520 neste trimestre, uma redução de 22,3% (R\$ 25.459) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** redução de 10,8% (R\$ 4.507), principalmente em horas extras, desligamento e redução no quadro de colaboradores.
- ii. **Material:** redução de 37,9% (R\$ 3.303), principalmente em: (i) manutenção de frota (R\$ 1.173), (ii) materiais diversos (R\$ 1.189) e (iii) uniformes e equipamentos (R\$ 1.095), compensados parcialmente pelo aumento: (iv) ferramentas e equipamentos (R\$ 296).
- iii. **Serviços de terceiros:** redução de 13,8% (R\$ 4.211), principalmente em: (i) alocação de despesas entre empresas (R\$ 3.653), (ii) call center (R\$ 1.011), (iii) despesas com viagens (R\$ 696), (iv) manutenção de máquinas e equipamentos (R\$ 589), compensados pelo aumento: (v) auditoria e consultoria (R\$ 1.248), (vi) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 536).
- iv. **Outros:** redução de 43,7% (R\$ 13.268), principalmente em: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 11.279), (ii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 5.242), compensados pelo aumento: (iii) perdas na alienação, desativação e outros de ativos não circulantes (R\$ 4.087).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 22.493, uma redução de 27,9% (R\$ 8.717) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** aumento de 16,8% (R\$ 3.668), principalmente em: (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 4.831), (ii) outras receitas financeiras (R\$ 2.794), compensados pela redução (iii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 1.787), (iv) rendimento de aplicação financeiras (R\$ 1.764), e (v) atualização de depósitos judiciais (R\$ 323).

Comentário do Desempenho

- ii. **Despesas financeiras:** redução de 9,5% (R\$ 5.049), principalmente pelas reduções em: (i) comissões, encargos e tarifas bancárias (R\$ 9.565) e (ii) atualização monetárias e cambiais (R\$ 1.283); compensados pelo aumento de: (iii) outras despesas financeiras (R\$ 4.664), (iv) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 1.501).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foram de R\$ 30.974, apresentando um aumento de 73,9% (R\$ 13.168) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 55.720, com aumento de R\$ 114,5% (R\$ 29.746), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi positivo em R\$ 147.416, apresentando um aumento de 32,9% (R\$ 36.531) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	57.503	179.243
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	517.897	504.173
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	9.606	9.351
Outros tributos a compensar	7	18.202	15.023
Ativo financeiro setorial	8	105.081	20.668
Estoques		10.231	11.627
Outros créditos	11	105.671	68.373
Total do circulante		824.191	808.458
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	124.883	113.340
Depósitos judiciais	19	70.127	65.465
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	2.565	3.237
Outros tributos a compensar	7	30.261	28.436
Créditos fiscais diferidos	9	366.129	367.361
Ativo financeiro setorial	8	-	51.461
Ativo financeiro da concessão	10	1.257.816	1.198.822
Outros créditos	11	297	22.114
Imobilizado		17.435	24.039
Intangível	12	1.497.366	1.470.104
Total do não circulante		3.366.879	3.344.379
Total do ativo		4.191.070	4.152.837

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	13	380.775	405.418
Empréstimos e financiamentos	14	23.113	20.008
Debêntures	15	13.399	12.125
Entidade de previdência privada	16	31	34
Taxas regulamentares	17	19.581	77.428
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	9.959	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	88.364	76.443
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	-	87.565
Obrigações estimadas com pessoal		13.872	24.432
Derivativos	29	3.947	-
Outras contas a pagar	20	88.459	81.123
Total do circulante		641.500	784.576
Não circulante			
Fornecedores	13	130.334	128.438
Empréstimos e financiamentos	14	30.836	31.093
Debêntures	15	1.339.128	1.311.104
Entidade de previdência privada	16	78.231	77.589
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	16.459	18.839
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	183.346	82.813
Passivo financeiro setorial	8	1.036	-
Outras contas a pagar	20	118.299	112.903
Total do não circulante		1.897.669	1.762.779
Patrimônio líquido			
	21		
Capital Social		1.495.084	1.495.084
Reserva de capital		103.545	103.545
Reservas de legal		59.302	59.302
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		8.816	-
Obrigatória do dividendo não distribuído		11.479	11.479
Ações em tesouraria		(8.056)	(8.056)
Lucros acumulados		37.596	-
Resultado abrangente acumulado		(55.866)	(55.872)
Total do patrimônio líquido		1.651.901	1.605.482
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.191.070	4.152.837

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	1º Trimestre de 2018	1º Trimestre de 2017
Receita operacional líquida	23	893.535	766.497
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(567.968)	(456.969)
Custo de operação	25	(83.989)	(89.939)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(89.632)	(84.663)
Lucro operacional bruto		<u>151.946</u>	<u>134.926</u>
Despesas operacionais	25		
Despesas com vendas		(8.831)	(18.880)
Despesas gerais e administrativas		(26.821)	(33.949)
Outras despesas operacionais		<u>(7.107)</u>	<u>(7.107)</u>
Resultado do serviço		<u>109.187</u>	<u>74.990</u>
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		25.440	21.772
Despesas financeiras		<u>(47.933)</u>	<u>(52.982)</u>
		<u>(22.493)</u>	<u>(31.210)</u>
Lucro antes dos tributos		<u>86.694</u>	<u>43.780</u>
Contribuição social	9	(8.319)	(4.761)
Imposto de renda	9	<u>(22.655)</u>	<u>(13.045)</u>
		<u>(30.974)</u>	<u>(17.806)</u>
Lucro líquido do período		<u>55.720</u>	<u>25.974</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	105,84	49,26
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	-	49,26

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>1º Trimestre 2018</u>	<u>1º Trimestre 2017</u>
Lucro líquido do período	55.720	25.974
Resultado abrangente do período	<u>55.720</u>	<u>25.974</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de março de 2018
(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Remuneração de bens e direitos	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Obrigatória do dividendo não distribuído				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.495.084	1.089	2.475	99.981	59.302	-	11.479	(8.056)	(55.872)	-	1.605.482
Resultado Abrangente Total											
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.720	55.720
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	7
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.308)	(9.308)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	-	8.816	-	-	-	(8.816)	-
Saldo em 31 de março de 2018	1.495.084	1.089	2.475	99.981	59.302	8.816	11.479	(8.056)	(55.866)	37.596	1.651.901

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2017
(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Remuneração de bens e direitos	Legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Obrigatória do dividendo não distribuído				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.386.558	1.089	2.475	59.302	-	36.701	(8.056)	(56.439)	-	1.421.630
Resultado Abrangente Total										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	25.974	25.974
Mutações internas do patrimônio líquido										
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	5.373	-	-	-	(5.373)	-
Saldo em 31 de março de 2017	1.386.558	1.089	2.475	59.302	5.373	36.701	(8.056)	(56.439)	20.601	1.447.604

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.		
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017		
(Em milhares de Reais)		
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Lucro antes dos tributos	86.694	43.780
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	38.228	35.896
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15.252	8.272
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.252)	8.027
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	27.634	43.768
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	2.461	2.631
Perda (ganho) na baixa de não circulante	1.012	12.198
	<u>168.029</u>	<u>154.572</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(36.114)	72.873
Tributos a compensar	(4.588)	(3.849)
Estoque	1.396	219
Depósitos judiciais	(4.167)	(8.383)
Ativo financeiro setorial	(24.680)	-
Contas a receber - CDE	2.423	(52.540)
Outros ativos operacionais	(36.434)	(5.007)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(24.694)	(112.838)
Outras obrigações com entidades de previdência privada	(1.821)	(1.552)
Passivo financeiro setorial	(9.849)	117.105
Outros tributos e contribuições sociais	9.541	15.642
Taxas regulamentares	(57.847)	(6.329)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(5.921)	(2.841)
Contas a pagar CDE	435	(4.083)
Outros passivos operacionais	1.767	(10.977)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(22.524)	152.012
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.991)	(5.480)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(25.535)	(506)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(63.050)	146.026
Atividades de investimento		
Adições de intangível	(87.664)	(72.411)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(87.664)	(72.411)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	307.037	-
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(278.062)	(4.707)
Outros	-	130
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	28.975	(4.576)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(121.739)	69.039
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	179.243	145.925
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	57.503	214.964

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais)

	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
1 - Receita	1.469.573	1.200.520
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.376.689	1.123.884
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	89.632	84.663
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.252	(8.027)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(758.814)	(628.726)
2.1 Custo com energia elétrica	(624.579)	(503.335)
2.2 Material	(41.628)	(47.060)
2.3 Serviços de terceiros	(58.378)	(54.824)
2.4 Outros	(34.229)	(23.507)
3 - Valor adicionado bruto (1 + 2)	710.759	571.794
4 - Retenções		
4.1 Amortização	(31.308)	(35.896)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(7.107)	-
5 - Valor adicionado líquido gerado (3 + 4)	672.344	535.898
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
6.1 Receitas financeiras	27.083	21.772
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5 + 6)	699.427	557.670
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e Encargos	44.063	58.814
8.1.1 Remuneração direta	26.058	43.791
8.1.2 Benefícios	15.539	11.601
8.1.3 F.G.T.S.	2.466	3.422
8.2 Impostos, taxas e contribuições	547.513	413.705
8.2.1 Federais	254.005	98.998
8.2.2 Estaduais	293.379	314.457
8.2.3 Municipais	129	250
8.3 Remuneração de capital de terceiros	52.131	59.177
8.3.1 Juros	48.429	52.982
8.3.2 Aluguéis	3.702	6.195
8.4 Remuneração de capital de próprio	55.720	25.974
8.4.1 Lucros retidos	55.720	25.974
	699.427	557.670

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias
RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE Sul” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Santa Maria, atendendo a aproximadamente 1,3 milhões de consumidores.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 exceto quanto ao descrito na nota 3 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 7 de maio de 2018.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote

Notas Explicativas

estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Com exceção ao descrito a seguir, as principais informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes a

Notas Explicativas

partir de 1 de janeiro de 2018, com efeitos retrospectivos. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras.

O efeito da aplicação inicial dessa norma (CPC 48) é atribuído principalmente:

- quando da marcação a mercado de passivos financeiros, ao reconhecimento do risco de crédito em outros resultados abrangentes, anteriormente registrados no resultado do período; e
- a um aumento nas perdas por *impairment* (provisão para créditos de liquidação duvidosa) reconhecidos em ativos financeiros.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 48 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

a) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

Conforme descrito na nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui ativos relevantes classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos atuais do CPC 48. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão da Companhia. Estes ativos passaram a ser classificados como mensurados ao valor justo contra resultado de acordo com a nova norma e os efeitos da mensuração subsequente deste ativo são registrados no resultado do exercício, não havendo impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Conforme nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, o CPC 48 determina que os passivos financeiros designados a valor justo contra o resultado que possuem o risco de crédito como componente de seu cálculo, tenham os efeitos das mudanças neste risco de crédito registrado em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício. O montante registrado no 1º trimestre de 2018 no resultado abrangente, em função desta alteração foi R\$ 6.

b) *Impairment* de ativos financeiros

O CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 48. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito. O efeito da adoção deste pronunciamento é o complemento de despesa de R\$ 14.102 registrados diretamente em Lucros Acumulados (R\$ 9.307 líquido dos efeitos tributários).

CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, penalidades ou similares. A Companhia é avaliada pela qualidade do serviço que presta a seus consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Quando determinados índices não são alcançados, penalidades são aplicadas à Companhia, atualmente reconhecidas como despesa operacional. Com a adoção do CPC 47, passam a se tornar uma redutora de receita, representando mera reclassificação entre linhas do resultado, sem efeitos no lucro líquido da Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2018, a compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos passou a ser registrada como receita operacional, na rubrica Outras Receitas, sendo que até 31 de dezembro era registrada em Outras Despesas Operacionais. O montante registrado no 1º trimestre de 2018 foi R\$ 2.951 (nota 23).

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre

Notas Explicativas

participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados a valor justo. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos bancários	35.247	49.036
Aplicações financeiras	<u>22.256</u>	<u>130.207</u>
Certificado de depósito bancário (a)	19.860	130.147
Fundos de investimento (b)	2.396	61
Total	<u>57.503</u>	<u>179.243</u>

a) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,0% do CDI.

b) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100,0 % do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2018	31/12/2017
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	108.388	73.588	11.356	193.332	157.278
Industrial	9.260	8.812	5.285	23.357	22.885
Comercial	33.991	17.280	6.406	57.677	52.285
Rural	21.620	11.991	3.610	37.221	29.982
Poder público	10.790	4.885	678	16.353	12.824
Iluminação pública	4.945	460	-	5.405	5.884
Precatórios	1.871	-	-	1.871	1.871
Serviço público	9.656	1.069	-	10.725	9.539
Faturado	200.521	118.085	27.335	345.941	292.548
Não faturado	168.590	-	-	168.590	193.971
Parcelamento de débito de consumidores	27.935	3.180	8.855	39.970	42.312
Operações realizadas na CCEE	-	-	3.020	3.020	3.216
Concessionárias e permissionárias	2.328	-	841	3.169	4.527
Outros	8.678	6.173	1.465	16.316	11.085
	408.052	127.438	41.516	577.006	547.659
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(59.109)	(43.486)
Total				517.897	504.173
Não circulante					
Precatórios	64.483	-	-	64.483	62.534
Parcelamento de débito de consumidores	65.821	-	-	65.821	61.904
Outros	2.487	-	-	2.487	3.078
	132.791	-	-	132.791	127.516
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(7.908)	(14.176)
Total				124.883	113.340

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2017	(57.662)	(15.495)	(73.157)
Provisão revertida (constituída) líquida	(16.120)	-	(16.120)
Recuperação de receita	19.372	-	19.372
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(14.102)	-	(14.102)
Baixa de contas a receber provisionadas	1.495	-	1.495
Saldo em 31/03/2018	(67.017)	(15.495)	(82.512)
Circulante	(59.109)	(15.495)	(74.604)
Não circulante	(7.908)	-	(7.908)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2018	31/12/2017
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	1.976
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	5.370
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.606	2.005
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.606	9.351
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.337	1.239
ICMS a compensar	16.264	13.311
Outros	601	473
Outros tributos a compensar	18.202	15.023
Total circulante	27.808	24.374
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	2.565	3.237
Contribuição social a compensar	2.565	3.237
ICMS a compensar	25.993	24.202
PIS e COFINS a compensar	4.267	4.234
Outros tributos a compensar	30.261	28.436
Total não circulante	32.826	31.673

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2017			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 31/03/2018		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	181.603	(99.746)	81.858	95.429	74.471	(1.215)	(25.077)	251.438	(25.971)	225.467
CVA (*)										
CDE (**)	(44.418)	(21.100)	(65.518)	6.066	18.414	(941)	-	(39.061)	(2.918)	(41.979)
Custos energia elétrica	297.276	(47.977)	249.300	(9.442)	35.893	3.013	(25.077)	266.297	(12.610)	253.687
ESS e EER (***)	(139.558)	(36.750)	(176.308)	(15.520)	25.805	(2.632)	-	(157.281)	(11.373)	(168.655)
Proinfa	(7)	(1.069)	(1.076)	572	896	(5)	-	573	(185)	388
Rede básica	(5.086)	4.519	(566)	10.067	(2.629)	59	-	4.895	2.036	6.931
Repasse de Itaipu	164.089	(21.250)	142.838	13.353	16.315	2.376	-	179.887	(5.005)	174.882
Transporte de Itaipu	(510)	784	274	2.139	(557)	-	-	1.620	236	1.856
Neutralidade dos encargos setoriais	51.042	6.735	57.778	(26.410)	(6.032)	631	-	24.844	1.123	25.967
Sobrecontratação	(141.225)	16.362	(124.864)	114.605	(13.635)	(3.716)	-	(30.337)	2.727	(27.610)
Outros componentes financeiros	(2.771)	(6.958)	(9.729)	(116.201)	5.907	(1.399)	-	(120.372)	(1.051)	(121.422)
Total	178.832	(106.703)	72.129	(20.772)	80.378	(2.614)	(25.077)	131.066	(27.022)	104.044
Ativo circulante			20.668							105.081
Ativo não circulante			51.461							-
Passivo não circulante			-							(1.036)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargos de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1- Composição dos créditos fiscais:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	47.085	49.966
Benefício fiscal do Intangível Incorporado	26.465	26.465
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>23.366</u>	<u>20.811</u>
Subtotal	96.917	97.242
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	130.790	138.795
Benefício fiscal do Intangível Incorporado	73.516	73.516
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>64.907</u>	<u>57.807</u>
Subtotal	269.212	270.118
Total	<u>366.129</u>	<u>367.361</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia. A fim de refletir adequadamente a alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro, são registrados mensalmente créditos fiscais diferidos sobre eventuais prejuízos que possuem projeções positivas conforme referidos estudos.

9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. No primeiro trimestre de 2018 não houve realização deste benefício.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	<u>31/03/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças Temporariamente Indedutíveis:				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16.468	45.744	15.334	42.595
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.444	20.677	6.583	18.287
Provisão Energia Livre	313	870	313	870
Programas de P&D e Eficiência Energética	226	628	-	-
Provisão relacionada a pessoal	1.148	3.188	884	2.456
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	541	1.502	555	1.541
Registro da concessão - ajuste do financeiro (CPC)	(10.418)	(28.938)	(9.216)	(25.599)
Perdas atuariais (CPC)	(578)	(1.606)	(636)	(1.766)
Instrumentos financeiros (CPC)	347	962	-	-
Outros	256	715	(626)	(1.740)
Diferenças Temporariamente Indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado:				
Perdas atuariais (CPC)	7.619	21.163	7.619	21.163
Total	<u>23.366</u>	<u>64.907</u>	<u>20.811</u>	<u>57.807</u>

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017:

	1º Trimestre de 2018		1º Trimestre de 2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	86.694	86.694	43.780	43.780
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	5.446	5.446	8.887	8.887
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	296	296	236	236
Base de cálculo	92.435	92.435	52.903	52.903
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito fiscal apurado	(8.319)	(23.109)	(4.761)	(13.226)
Incentivos fiscais (PAT/Rouanet)	-	454	-	175
Ajustes de bases anteriores - outros	-	-	-	6
Total	(8.319)	(22.655)	(4.761)	(13.045)
Corrente	(6.725)	(18.225)	-	-
Diferido	(1.594)	(4.430)	(4.761)	(13.045)

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2017	1.198.822
Adições	48.773
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	12.682
Baixas	(2.461)
Saldo em 31/03/2018	1.257.816

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do período.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos a fornecedores	-	30	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	1.030	1.024	-	-
Ordens em curso	29.768	-	-	-
Convênios de arrecadação	480	459	-	-
Contas a receber - CDE	35.906	48.051	-	-
Adiantamento a funcionários	3.794	4.084	-	-
Arrendamento, aluguéis de postes e outras receitas	24.229	18.905	-	-
Despesas antecipadas	7.217	9.257	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(15.695)	(15.495)	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	-	22.114
Outros	18.942	2.058	297	-
Total	105.671	68.373	297	22.114

Contas a receber – CDE – Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 3.075 (R\$ 3.091 em 31 de dezembro de 2017); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 32.831 (R\$ 44.960 em 31 de dezembro de 2017) (nota 23).

Notas Explicativas

No primeiro trimestre de 2018, a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber – CDE no valor de R\$ 121 (nota 23.3).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão			Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso		
Saldo em 31/12/2017	279.552	1.003.392	164.500	22.660	1.470.104
Custo histórico	802.164	1.427.141	164.500	28.315	2.422.120
Amortização acumulada	(522.612)	(423.749)	-	(5.655)	(952.016)
Adições	-	-	88.443	-	88.443
Amortização	(7.107)	(29.548)	-	-	(36.655)
Transferência - intangíveis	-	39.008	(39.008)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	-	(48.773)	-	(48.773)
Baixa e transferência - outros ativos	-	44.131	(1.762)	(18.120)	24.249
Saldo em 31/03/2018	272.445	1.056.982	163.399	4.540	1.497.366
Custo histórico	802.164	1.510.280	163.399	4.540	2.480.383
Amortização acumulada	(529.719)	(453.298)	-	-	(983.017)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização” (nota 25).

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No primeiro trimestre de 2018 foram capitalizados R\$ 564 a uma taxa média de 8,48% a.a (R\$ 810 no primeiro trimestre de 2017 a uma taxa média de 11,97% a.a.) (nota 26).

(13) FORNECEDORES

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	12.522	-
Suprimento de energia elétrica	260.910	288.375
Encargos de uso da rede elétrica	39.386	41.161
Materiais e serviços	67.957	75.882
Total	380.775	405.418
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	94.264	92.893
Encargos de uso da rede elétrica	36.070	35.545
Total	130.334	128.438

Notas Explicativas

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2018
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Investimento	9.968	-	(820)	134	(129)	9.154
Outros	41.132	7.360	(4.243)	808	(261)	44.796
Total ao custo	51.100	7.360	(5.062)	942	(390)	53.949
Total	51.100	7.360	(5.062)	942	(390)	53.949

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2018				31/12/2017				
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Total
				Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total	
Mensuradas ao custo												
Moeda nacional												
Eletrobrás - Luz para todos	Pré fixado 5%	parcelas mensais a partir de dezembro de 2008 a março de 2023	Fiança bancária	-	6.772	10.477	17.249	-	6.855	12.116	18.970	
FINEP - 02.11.0364-00	Pré fixado 5%	81 parcelas mensais a partir de setembro de 2013	Fiança bancária	11	1.014	3.210	4.235	12	2.265	3.209	5.487	
FINEP - 02.13.0257-00	TJLP	73 parcelas mensais a partir de maio de 2016	Fiança bancária	11	2.264	2.643	4.918	12	1.012	3.458	4.481	
IBM - CCB	CDI - 1,25%	Parcela única em dezembro de 2020	Aval da CPFL Energia		3.707	3.662	7.369	-	-	-	-	
Arrendamento Mercantil	14%	130 meses a partir de dezembro 2015	-		9.334	10.844	20.178	-	9.852	12.310	22.162	
Total				22	23.091	30.836	53.949	24	19.984	31.093	51.100	

Adições no período:

No primeiro trimestre de 2018, a Companhia efetuou a captação junto ao banco IBM, através de uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), no montante de R\$ 7.360 com parcelas de juros e amortização de principal pagos semestralmente. Os recursos captados foram destinados para reforço de capital de giro.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2019	8.892
2020	13.673
2021	6.376
2022	1.780
2023	117
Total	30.836

(15) DEBÊNTURES

	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária,	Encargos pagos	Gastos com emissão	Saldo em 31/03/2018
Debentures	1.336.974	300.000	(273.000)	26.527	(25.145)	-	1.365.356
Gastos com emissão	(13.746)	(323)	-	-	-	1.240	(12.828)
Total	1.323.229	299.677	-	26.527	(25.145)	1.240	1.352.527

Notas Explicativas

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2018			31/12/2017		
						Circulante		Total	Circulante		Total
						Encargos	Principal		Encargos	Principal	
4ª Emissão											
4ª Emissão - Série Única - AESL14	110.000	114,50% do CDI (1) (2)	120,65% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de outubro de 2019	Fiança da CPFL Energia	8.724	827.000	835.724	16.662	1.100.000	1.116.662
6ª Emissão											
6ª Emissão - Série Única - AESL16	520.000	CDI + 0,48% (1)	106,0% do CDI	Parcela única em dezembro de 2020	Fiança da CPFL Energia	9.631	520.000	529.631	312	220.000	220.312
Gastos com emissão (*)						(4.956)	(7.872)	(12.828)	(4.849)	(8.896)	(13.745)
Total						13.399	1.339.128	1.352.527	12.125	1.311.104	1.323.229

(1) A Companhia possui swap convertendo o custo da operação de variação de taxa de juros para taxas pré-fixadas entre 6,61% e 7,72%.

(2) O swap da operação representa 70,13% do principal da dívida.

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Adições no período:

6ª emissão

Em 12 de dezembro de 2017, foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia a sexta emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, no montante total de R\$ 520.000. Em 2017, foram subscritas e integralizadas 220.000 e no primeiro trimestre de 2018, foram subscritas e integralizadas 300.000 com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação de R\$ 300.000 (R\$ 299.677 líquida dos gastos de emissão). Os recursos líquidos obtidos serão destinados para reforço do capital de giro.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/04/2019	405.628
2020	933.500
Total	1.339.128

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora indireta CPFL Energia S.A.) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

A debênture emitida em 2018 estão sujeitas há condições restritivas, que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA máximo de 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro mínimo de 2,25.

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia e da controladora CPFL Energia monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme os últimos períodos de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

16.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2017	77.589
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	2.461
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(1.819)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2018	78.231
Outras contribuições	31
Total passivo	78.262
Circulante	31
Não Circulante	78.231

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Trimestre de 2018</u>	<u>1º Trimestre de 2017</u>
Custo do serviço	698	538
Juros sobre obrigações atuariais	12.055	12.732
Rendimento esperado dos ativos do plano	(10.292)	(10.639)
Total da despesa	2.461	2.631

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2017, foram:

	<u>31/12/2017</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,51% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,51% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BREMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% um ano após a primeira elegibilidade a um benefício pelo plano

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	262	262
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	19.281	36.863
Bandeiras tarifárias	38	40.303
Total	19.581	77.428

Conta de desenvolvimento energético – CDE: Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2017 no montante de R\$ 17.582, (ii) quota destinada à devolução do aporte CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 7.389 (R\$ 7.389 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 11.892 (R\$ 11.892 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

No primeiro trimestre de 2018 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – CDE (nota 11) no montante de R\$ 121.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 23.4).

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	7.275	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.684	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>9.959</u>	<u>-</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	46.054	37.572
Programa de integração social - PIS	4.812	3.560
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	22.275	16.479
PIS/COFINS parcelamento	10.481	10.349
Outros impostos taxas e contribuições a recolher	4.742	8.483
Outros impostos taxas e contribuições a recolher	<u>88.364</u>	<u>76.443</u>
Total do circulante	<u>98.323</u>	<u>76.443</u>
Não circulante		
PIS/COFINS parcelamento	16.459	18.839
Outros impostos taxas e contribuições a recolher	<u>16.459</u>	<u>18.839</u>
Total não circulante	<u>16.459</u>	<u>18.839</u>

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/03/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	66.416	49.431	64.185	45.499
Cíveis	47.489	7.417	52.200	7.716
Fiscais	21.965	12.103	21.847	12.039
Regulatórios	47.107	-	31.778	-
Outros	368	1.176	368	212
Total	<u>183.346</u>	<u>70.127</u>	<u>170.378</u>	<u>65.465</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Reclassificação	Saldo em 31/03/2018
Trabalhistas	64.185	3.744	(3.077)	(1.125)	692	1.997	66.416
Cíveis	52.200	3.914	(1.832)	(4.796)	-	(1.997)	47.489
Fiscais	21.847	-	(49)	-	168	-	21.965
Regulatórios	31.778	12.552	-	-	2.777	-	47.107
Outros	368	-	-	-	-	-	368
Total	170.378	20.210	(4.958)	(5.921)	3.637	-	183.346

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não ("more likely than not") de que não haja desembolso para estes casos devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estavam assim representadas:

	31/03/2018	31/12/2017	Principais causas
Trabalhistas	97.664	82.024	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	325.410	273.113	Danos pessoais, impactos ambientais, majoração tarifária e outros
Fiscais	141.858	111.209	Débitos fiscais de ICMS e processos administrativos e impostos fiscais
Regulatórias	46.614	21.239	Processos de fiscalização técnicas e comerciais e outros
Total	611.547	487.585	

As principais causas com perdas possíveis estão apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	4.886	10.068	45.129	44.473
Programa de eficiência energética - PEE	30.123	13.177	29.995	27.770
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	13.600	5.839	11.621	11.169
EPE / FNDCT / PROCEL	3.724	3.531	-	-
Folha de pagamento	1.118	5.378	-	-
Convênios de arrecadação	11.265	10.682	-	-
Convênio de devolução	834	1.955	-	-
Descontos tarifários - CDE	435	25.208	-	-
Outros	22.474	5.285	31.554	29.491
Total	88.459	81.123	118.299	112.903

Notas Explicativas

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	402.775	402.775	76,39
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	123.676	23,46
Ações em tesouraria	815	815	0,15
Total	527.266	527.266	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

	1º Trimestre de 2018	1º Trimestre de 2017
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	55.720	25.974
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	526.451	404.454
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	-	122.812
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	105,84	49,26
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	-	49,26

Nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017 (*)	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.132.478	1.116.133	772	800	555.556	594.452
Industrial	7.192	7.089	191	214	116.277	131.280
Comercial	87.732	83.707	324	339	230.803	248.469
Rural	109.425	106.684	628	555	167.179	150.342
Poderes públicos	9.076	9.078	55	56	37.998	39.783
Iluminação pública	111	111	57	55	19.855	20.100
Serviço público	1.048	1.000	56	54	31.175	31.869
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	-	(8.759)
Fornecimento faturado	1.347.062	1.323.802	2.084	2.073	1.158.843	1.207.536
Consumo próprio	93	103	1	1	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(28.544)	(44.429)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(507.281)	(529.539)
Fornecimento de energia elétrica	1.347.155	1.323.905	2.084	2.074	623.018	633.568
Outras concessionárias, permissionários e autorizadas	-	-	-	-	-	5.635
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	155	12.006
Suprimento de energia elétrica	-	-	2.084	2.074	155	17.641
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	-	-	-	-	507.281	529.539
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	-	-	-	-	61.545	65.943
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	-	-	-	-	(2.951)	-
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	89.632	84.663
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	-	-	-	-	59.606	(116.773)
Atualização ativo financeiro da concessão (nota 10)	-	-	-	-	13.357	8.139
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	-	-	-	-	102.591	103.277
Outras receitas e rendas	-	-	-	-	12.087	17.746
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	843.148	692.534
Total da receita operacional bruta	-	-	-	-	1.466.321	1.343.743
Dedução da receita operacional	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	(293.250)	(314.438)
PIS	-	-	-	-	(23.987)	(22.763)
COFINS	-	-	-	-	(110.487)	(104.849)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	-	-	(126.872)	(117.829)
Programa de P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(7.878)	(6.669)
PROINFA	-	-	-	-	(3.801)	(4.736)
Bandeiras tarifárias e outros	-	-	-	-	(5.724)	(5.226)
Outros	-	-	-	-	(787)	(736)
Receita operacional líquida	-	-	-	-	(572.786)	(577.246)
					893.535	766.497

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

23.2 Reajuste Tarifário Anual ("RTA")

Em 13 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.218, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 18 de abril de 2017, em -0,20%, sendo 2,95% referentes ao reajuste tarifário econômico e -3,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -6,43%.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão detalhados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No primeiro trimestre de 2018, foi registrada receita de R\$ 102.591 (R\$ 103.277 no primeiro trimestre de 2017), sendo (i) R\$ 4.621 (R\$ 6.083 no primeiro trimestre de 2017) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 97.970 (R\$ 97.194 no primeiro trimestre de 2017) referentes a outros descontos tarifários, em contrapartida na rubrica contas a receber – CDE (nota 11).

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2017.

No primeiro trimestre de 2018, a ANEEL homologou as Bandeiras Tarifárias faturadas de novembro, dezembro de 2017 e janeiro de 2018. O montante homologado nesse período foi de R\$ 29.667. Deste montante R\$ 25.077, referente a novembro e dezembro de 2017, foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8) e R\$ 4.590 referente a homologação de janeiro de 2018, em função do Despacho de Encerramento nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017, foram classificados como constituição de ativo e passivo financeiro setorial. O montante de R\$ 38, referente a Bandeira Tarifária faturada de fevereiro e março de 2018 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 2.358, de 19 de dezembro de 2017, alterada pela REH nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2018. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de abril de 2017 a março de 2018.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	465	486	94.421	94.581
PROINFA	38	42	12.239	10.732
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.922	1.977	389.408	355.274
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(40.143)	(41.420)
Subtotal	2.425	2.505	455.925	419.167
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			85.916	42.106
Encargos de transporte de Itaipu			10.562	2.491
Encargos de conexão			8.217	8.588
Encargos de uso de sistema de distribuição			1.283	1.101
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER			8.832	(11.538)
Encargos de energia de reserva - EER			9.901	-
Crédito de PIS e COFINS			(12.668)	(4.946)
Subtotal			112.043	37.802
Total			567.968	456.969

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesa operacional								
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total		
	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	
Pessoal	27.990	25.999	-	-	7.183	8.454	2.012	7.239	-	-	-	37.185	41.692
Entidade de previdência privada	2.461	2.631	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.461	2.631
Material	4.708	6.628	-	-	544	1.071	168	1.024	-	-	-	5.420	8.723
Serviços de terceiros	5.164	10.992	-	-	4.292	5.933	16.892	13.634	-	-	-	26.348	30.559
Amortização	28.672	26.779	-	-	223	421	2.226	1.589	-	-	-	31.121	28.789
Custos com contribuição da infraestrutura	-	-	89.632	84.663	-	-	-	-	-	-	-	89.632	84.663
Outros	14.994	16.910	-	-	(3.411)	3.001	5.523	10.463	7.107	7.107	-	24.213	37.481
Taxa de arrecadação	2.825	2.876	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.825	2.876
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(3.252)	8.027	-	-	-	-	-	(3.252)	8.027
Arrendamento e aluguéis	3.916	4.097	-	-	(72)	28	(142)	(282)	-	-	-	3.702	3.843
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	22	628	-	-	-	22	628
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	3.960	9.202	-	-	-	3.960	9.202
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	-	36	-	-	-	-	36
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	7.107	7.107	-	7.107	7.107
Outros	8.253	9.937	-	-	(87)	(5.054)	1.683	879	-	-	-	9.849	5.762
Total	83.989	89.939	89.632	84.663	8.831	18.880	26.821	33.949	7.107	7.107	216.380	234.538	

Notas Explicativas**(26) RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>1º Trimestre de 2018</u>	<u>1º Trimestre de 2017</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	3.403	5.167
Acréscimos e multas moratórias	15.270	17.057
Atualização de depósitos judiciais	495	818
Atualizações monetárias e cambiais	4.247	(584)
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.644)	(1.561)
Outros	3.669	875
Total	25.440	21.772
Despesas		
Encargos de dívidas	(32.487)	(42.052)
Atualizações monetárias e cambiais	(5.644)	(6.927)
(-) Juros capitalizados	564	810
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(2.614)	(1.113)
Outros	(7.752)	(3.700)
Total	(47.933)	(52.982)
Resultado financeiro	(22.493)	(31.210)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,48% a.a. durante o primeiro trimestre 2018 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 3.956 no primeiro trimestre de 2018 (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de março de 2018, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S/A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas

Notas Explicativas

controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 103 (R\$ 28 no primeiro trimestre de 2017). Este valor é composto por R\$ 103 (R\$ 28 no primeiro trimestre de 2017) referente a benefícios de curto prazo e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo	
	31/12/2017	Trimestre 2018	Trimestre 2017
Encargos de Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	13.131	6.203	3.945

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Despesa/Custo	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Alocação de despesas entre empresas						
CPFL Energia	-	-	-	-	30	-
Companhia Paulista de Força e Luz	601	-	2.703	-	2.165	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	394	-	2.589	-	2.191	-
Companhia Jaguari de Energia	211	-	23	-	56	-
Rio Grande Energia S.A.	562	-	343	-	197	-
Arrendamento e Aluguel						
Companhia Paulista De Força E Luz	-	-	-	3	11	-
Intangível, materiais e prestação de serviço						
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	1.385	3.688	1.385	-
Ti Nect Serviços De Informática Ltda.	6.329	5.144	6.410	5.156	81	-
Compra e Venda de Energia e Encargos						
Paulista Lajeado Enegia S.A.	-	-	8	8	24	29
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	286	283	639	815
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	109	82	243	284
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	1.931	1.910	4.308	5.348
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	504	387	946	1.583
CPFL Geração de Energia S.A	-	-	9	8	27	35
Desa Morro dos Ventos II S.A	-	-	-	-	-	278
Rio Grande Energia S.A.	-	-	502	605	1.282	1.101
CPFL Transm. Morro Agudo	-	-	-	-	7	-
Outros						
Instituto CPFL	-	-	-	-	100	-

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de riscos e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível (*)	31/03/2018	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	57.503	57.503
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	(2)	Nível 3	1.257.816	1.257.816
					1.315.319	1.315.319
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(a)	(1)	Nível 2 (**)	53.949	53.413
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	(1)	Nível 2 (**)	1.352.527	1.370.258
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	3.947	3.947
					1.410.423	1.427.618

Legenda

Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Outros passivos financeiros	(2) - Mensurado ao valor justo

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - Eletrobrás, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2018 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro trimestre de 2018 são de R\$

Notas Explicativas

12.682 (ganho de R\$ 8.139 no primeiro trimestre de 2017), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2018 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos (2)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Faixa de vencimento	Nocional
	(Passivo)	Valores de mercado, líquidos					
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo							
Hedge variação de taxa de juros (1)							
GOLDMAN	(2.111)	(2.111)	(41)	(2.070)	CDI	31/03/2018	580.000
GOLDMAN	(1.836)	(1.836)	(60)	(1.776)	CDI	31/03/2018	520.000
Subtotal	<u>(3.947)</u>	<u>(3.947)</u>	<u>(101)</u>	<u>(3.846)</u>			
Total	<u>(3.947)</u>	<u>(3.947)</u>	<u>(101)</u>	<u>(3.846)</u>			
Circulante	<u>(3.947)</u>						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre debêntures, vide notas 15.

(1) Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida

(2) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida original contratada.

	Atualização monetária e cambial e MTM	Saldo em 31/03/2018
Derivativos		
Para dívidas não designadas a valor justo	(101)	(101)
Marcação a mercado (*)	<u>(3.846)</u>	<u>(3.846)</u>
	<u>(3.947)</u>	<u>(3.947)</u>

(*) Os efeitos no resultado de 2017 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 3.855 para as dívidas designadas a valor justo, e(ii) ganho de R\$ 9 para as dívidas não designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres findos em 31 de março de 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias:

Notas Explicativas

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)
	1º Trimestre 2018
Variação de taxas de juros	(101)
Marcação a mercado	(3.855)
	(3.956)

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

c.1) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2018 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base permaneçam estáveis (CDI 6,39% a.a.; TJLP 6,75% a.a.; IPCA 2,72% a.a. e SELIC 8,03% a.a.), além das dívidas com exposição a indexadores pré-fixados o efeito que seria registrado nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 49.262 (despesa de CDI R\$ 13.873, TJLP R\$ 332 sendo o restante referente a indexadores pré-fixados R\$ 77.624 e receita com IPCA R\$ 34.212 e SELIC R\$ 8.355). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário provável (a)	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	22.256		(38)	308	654
Instrumentos financeiros passivos	(1.352.527)		2.299	(18.732)	(39.764)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.113.161		(1.892)	15.417	32.727
	(217.111)	alta CDI	369	(3.007)	(6.383)
Instrumentos financeiros passivos	(4.918)		7	(74)	(155)
	(4.918)	alta TJLP	7	(74)	(155)
Ativo financeiro da concessão	1.257.816		14.339	2.201	(9.937)
	1.257.816	baixa IPCA	14.339	2.201	(9.937)
Ativos e passivos financeiros setoriais	104.044		(1.800)	(161)	1.477
	104.044	baixa SELIC	(1.800)	(161)	1.477
Total	1.139.832		12.915	(1.041)	(14.998)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 6,22%, 6,60%, 3,86% e 6,30%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação ou redução foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro trimestre 2018, o montante de R\$ 564 (R\$ 810 no primeiro trimestre de 2017) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Notas Explicativas

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 - Reajuste Tarifária Periódica

Em 17 de abril de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.385, relativo a quarta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2018, em 18,45%, sendo 11,57% referentes ao reajuste tarifário econômico e 6,88% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 22,47%.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 07 de março de 2018 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente do período de três meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2017 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de abril de 2017, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 07 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2018.

São Leopoldo, 07 de maio de 2018

José Carlos Saciloto Tadiello

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de Março de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2018.

São Leopoldo, 07 de maio de 2018

José Carlos Saciloto Tadiello

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	A reapresentação deve-se a alteração na quantidade de ações no quadro Dados da Empresa / Composição do Capital está sendo feita em atenção à solicitação da B3.